



1 **ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DO BAIXO PARAÍBA DO SUL E ITABAPOANA**
2 **em 2015**, realizada no dia **07 de dezembro de 2015**, às 14h, na FIRJAN Campos – Rua Bruno de
3 Azevedo, 37 - Jardim Maria Queirós - **Campos dos Goytacazes** – RJ. Aos sete dias do mês de
4 dezembro de 2015, às 14h40min, foi dado início a 4ª Reunião Extraordinária do Comitê de Bacia
5 Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana em 2015. Teve início a reunião presidida pelo
6 Diretor Presidente do Comitê de Bacia Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul, o Sr. João Gomes
7 (UENF). A Reunião teve então a seguinte **Ordem do Dia: 1 - Abertura; 2 - Aprovação da Ata da 4ª**
8 **Reunião do CBHBPSI em 2015; 3 – Aprovação da Resolução do Plano de Aplicação Plurianual**
9 **(PAP) deste Comitê; 4 - Aprovação de Resoluções que deliberam sobre aplicação de recursos**
10 **(Aperibé e São José de Ubá); 5 - Aprovação de Resolução sobre previsão de aplicação de**
11 **recursos em Município cuja área se divide entre o Comitê do Baixo e Comitê Rio Dois Rios; 6 –**
12 **Composição das Câmaras Técnicas; 7 – Encerramento. Item 1 – Abertura:** às 14h40 a reunião foi
13 iniciada em segunda chamada. João Gomes fez a abertura e pediu inclusão de pauta, que será
14 feita ao final desta reunião. **Item 2 - Aprovação da Ata da 4ª Reunião do CBHBPSI em 2015:** A
15 ata foi aprovada por unanimidade. **Item 3 – Aprovação da Resolução do Plano de Aplicação**
16 **Plurianual (PAP) deste Comitê:** Em seguida Thaís iniciou apresentação sobre a Resolução do PAP
17 e seu processo de elaboração ao longo do ano de 2015, que se deu principalmente no Grupo de
18 Trabalho do PAP. Luiz Mário e João Gomes destacaram a obrigatoriedade de aplicação de 70%
19 dos recursos de saneamento em ações de coleta e tratamento de esgoto e falaram que esse
20 percentual deveria ser rediscutido. Luiz Mário pediu que, do trecho de “Premissas”, fosse
21 retirada a expressão “Nível secundário”. Pediu que fosse suprimido o trecho “decorrentes da
22 aplicação dos recursos”, constante do parágrafo primeiro do art. 3º, propostas que foram aceitas
23 e aprovadas pela plenária, por unanimidade. Thaís explicou ao Zacarias que as informações
24 referentes a Guaratinguetá e outros municípios fora da RH IX que aparecem nessa Resolução
25 acontecem porque o Caderno de Ações GT FOZ em que se baseou o PAP é parte integrante de
26 um Plano de Bacia macro de todo o rio Paraíba do Sul. Thaís apresentou as tabelas do PAP com
27 suas atualizações. Fez a leitura de cada item da Tabela 3. Luiz Mário pediu que todos ficassem
28 atentos aos detalhes de um orçamento para que na reforma deste PAP os membros tenham
29 condições de contribuir com propostas. João Gomes sugeriu que, após aprovação deste PAP, este
30 Comitê faça uma Carta ao INEA solicitando a destinação à AGEVAP dos recursos para execução do
31 PAP. EM seguida sugeriu uma alteração na Resolução do PAP, inserindo uma previsão para que os
32 recursos previstos no item 2.2.5 possam ser utilizados de forma emergencial, através da AGEVAP.
33 José Armando, FENORTE, pediu que no item 2.2.5 fosse prevista ações relacionadas à seca. João
34 explicou que não seria possível, devido ao subitem 2.2 prever apenas ações para drenagem
35 urbana e controle de cheias. Otony sugeriu que, visando dar agilidade a aplicação de recursos,
36 seria interessante a previsão emergencial para todos os itens e subitens do PAP. A Resolução nº
37 014/2015 CBH BPSI foi aprovada por unanimidade. **Item 4 - Aprovação de Resoluções que**
38 **deliberam sobre aplicação de recursos (Aperibé e São José de Ubá):** Sobre a Resolução que
39 prevê destinação de Recursos para o município de São José de Ubá, Thaís fez a leitura da Minuta
40 de Resolução e explicou os detalhes da aplicação dos recursos que, neste caso, será destinado ao
41 município em parcelas, com o acompanhamento pela AGEVAP, através de um Gestor de Projetos,



42 e também com o acompanhamento do Comitê. Bismarck Ney defendeu a aprovação do projeto
43 de seu município pela Plenária deste Comitê. Falou que o esgoto oriundo de diversos pontos da
44 cidade tem como destino o Bairro Cooperativa, que sofre com a poluição e mau odor. Falou que
45 o projeto prevê a construção de rede coletora e de uma Estação de Tratamento de Esgoto. A
46 Resolução de SJU foi aprovada por unanimidade. Em seguida foi colocada em votação a
47 Resolução que previa recursos para contratação de Projeto Básico e Executivo de Esgotamento
48 Sanitário para o município de Aperibé. O Sr. Enilson, Secretário de Meio Ambiente de Aperibé,
49 defendeu a aprovação do recurso, pois seu município já tem aproximadamente 90% de sua área
50 coberta com rede coletora e de tratamento de esgoto. Zacarias falou que desejava que fosse
51 aprovado recurso para o município de Aperibé, mas disse que o valor máximo previsto era
52 absurdamente alto e que o Comitê precisava trabalhar com transparência. Em seguida perguntou
53 a Thaís o motivo da definição desse alto valor. Zacarias falou que em projeto contratado pela
54 AGEVAP para o município de Campos dos Goytacazes, o Plano Municipal de Gestão Integrada de
55 Resíduos Sólidos, custeado com recursos do CEIVAP, os valores também eram muito altos, era
56 um valor absurdo, disse. Thaís Nacif falou que essa definição se dá baseada em critérios técnicos
57 e que não saberia explicar detalhes, pois não integrava a área de Projetos da AGEVAP, mas que
58 podia buscar esclarecimentos com os responsáveis. Esclareceu que o recurso que estava sendo
59 deliberado não seria destinado ao município, o procedimento seria de contratação, pela AGEVAP,
60 de empresa que faria a elaboração do projeto. Em seguida perguntou se o Zacarias havia
61 contestado a AGEVAP acerca dos valores definidos pela AGEVAP, que ele havia classificado como
62 “altos”. Zacarias falou que não havia feito nenhum questionamento nem apresentado nenhuma
63 solicitação de esclarecimento à AGEVAP. João Gomes falou que o processo de contratação
64 através da AGEVAP acontece de forma mais célere e menos complicada do que quando se
65 envolve municípios. Thaís falou que as contas da AGEVAP são auditadas pela ANA e pelo TCU.
66 José Armando defendeu o posicionamento do Zacarias. João Gomes falou que o valor máximo
67 previsto na Resolução foi definido pela AGEVAP em momento anterior, prevendo que o Projeto
68 cobrisse todo o município, mas que hoje o referido município já tem aproximadamente 90% de
69 sua área com rede de coleta e tratamento de esgoto. O novo valor provavelmente será menor,
70 mas ainda não existe levantamento atualizado da nova área a ser contemplada, por isso a
71 utilização do valor MÁXIMO. João Gomes pediu que fosse apresentada. Bismarck pediu que o
72 Zacarias votasse a Resolução. Luiz Eduardo Crespo falou que esse valor previsto pela AGEVAP
73 provavelmente tem memória de cálculo e pediu que essa memória fosse apresentada em
74 momento futuro. René Justen defendeu a criação de parâmetros técnicos para estes processos
75 de destinação de recursos relacionados ao saneamento básico. João Gomes falou que a Diretoria
76 vai encaminhar expediente à AGEVAP solicitando esclarecimentos sobre os valores definidos.
77 Zacarias sugeriu a inserção de trecho no art. 1º com a expressão “rede coletora”. Após alteração
78 aprovada pela Plenária, a Resolução de Aperibé foi aprovada por unanimidade. **Item 5 -**
79 **Aprovação de Resolução sobre previsão de aplicação de recursos em Município cuja área se**
80 **divide entre o Comitê do Baixo e Comitê Rio Dois Rios:** foi apresentada a minuta de Resolução
81 que trata de aplicação de recursos no município de Trajano de Moraes. O representante do
82 município de Trajano, Marcus Lengruber, explicou as nuances que interferem na questão



83 abordada, pois a área urbana do município é dividida entre as áreas dos Comitês Rio Dois Rios e
84 do Baixo. Falou também sobre a proposta do Comitê Macaé sobre caso semelhante envolvendo o
85 rio Macabu, a que considerou que precisa ser discutida. A Resolução sobre o município de
86 Trajano de Moraes foi aprovada por unanimidade. **Item 6 – Composição das Câmaras Técnicas:**
87 Sobre as Câmaras Técnicas, João Gomes e Luiz Mário sugeriram a continuidade da antiga
88 composição com os novos coordenadores já eleitos. Foi decidido enviar expediente aos atuais
89 membros dando prazo para se manifestarem quanto ao desejo de continuarem integrando suas
90 respectivas Câmaras Técnicas. Enviar também às Secretarias Municipais de Defesa Civil. José
91 Armando falou que gostaria de fomentar a participação de Colônias de Pescadores,
92 principalmente da Colônia Z1, de São Francisco de Itabapoana. **Item 7 – Encerramento:** Às 17h25
93 a reunião foi encerrada. A presente ATA foi lavrada por Amaro Sales Pinto Neto, Assistente da
94 AGEVAP, e depois de aprovada será assinada pelos membros da Diretoria Colegiada do Comitê de
95 Bacia Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul.

96
97
98
99

100

101 João Gomes de Siqueira (UENF)

102

103

104

105 Luiz Mário de Azevedo Concebida (Firjan - Campos)

106